



**V CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
VI SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS
V CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

(Relações étnico-raciais, povos indígenas, população negra, comunidades tradicionais e políticas sociais)

**Entre *Karipunas* e Caras Pálidas: A “Questão Social” na
Amazônia Brasileira**

Fernanda Arruda de Oliveira¹
Ingridilaine Carreiro de Oliveira Azevedo²

Resumo

O presente artigo discute o lugar da Amazônia Brasileira, e dos povos originários, no capitalismo mundial, buscando estabelecer uma linha de contribuição sobre os estudos da “questão social”, a partir do que foi exposto por Marx na Lei Geral de Acumulação Capitalista. Os resultados que se pretende alcançar, é que, essa discussão além de enfatizar como a exploração dos recursos da Amazônia está interligada às estruturas de poder global e às relações de dependência econômica, sirva para trazer à tona as complexas conexões entre a exploração econômica, as desigualdades sociais e a exclusão das populações locais na região.

Palavras-chave: Amazônia; Povos Originários; Exploração; Acumulação Capitalista.

Abstract

This article discusses the place of the Brazilian Amazon, and of the native peoples, in world capitalism, seeking to establish a line of contribution on the studies of the "social question", based on what was exposed by Marx in the General Law of Capitalist Accumulation. The results that are intended to be achieved are that this discussion, in addition to emphasizing how the exploitation of the Amazon's resources is interconnected with global power structures and relations of economic dependence, serves to bring to light the complex connections between economic exploitation, social inequalities and the exclusion of local populations in the region.

Keywords: Amazon; Native Peoples; Exploration; Capitalist Accumulation.

¹ Assistente Social pela Universidade Federal do Amazonas, mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. E-mail: frearrudaoli@gmail.com.

² Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, mestranda do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense. E-mail: ingridilainecarreiro@gmail.com.



1- INTRODUÇÃO

O presente artigo em questão tece análises e discussões que circulam sobre a temática da Amazônia Brasileira, bem como dos seus povos, mais precisamente sobre o lugar que as explorações ocorridas na Amazônia, através dos projetos de infraestrutura, ocupam no capitalismo mundial, como etapa do processo metodológico, essa discussão será feita a partir das discussões que circulam em torno da manifestação da “questão social” na região, como forma de evidenciar o protagonismos e as consequências diretas com os povos que vivem e sobrevivem da floresta.

Assim temos que, os estudos sobre a Amazônia, na ótica dual de apropriação do capitalismo, em relação a exploração e dominação, não caminham com as próprias pernas, até por um caráter da própria teórica analítica escolhida, ao analisar a totalidade, é percebido que existe estudos anteriores, sobretudo sobre a América Latina no cenário mundial, o qual encontram formas particulares de exploração sobre a Amazônia, tendo em vista que não é um território apenas de um único país, a sua grandeza geográfica, bem como diversidade étnica e afins, o que isso corresponde é que existe uma necessidade de primeiro, entender como a exploração utiliza a Amazônia como um dos instrumentos dentro da própria América Latina, e segundo, como isso se particulariza em relação às próprias formações internas da região.

É nesse bojo de análises que alguns pontos e chaves analíticas aparecem, os estudos de Marx, principalmente aqueles delineados na Lei Geral de Acumulação Capitalista, e os que se sucederam nele. Nesse artigo em questão, essas discussões serão utilizadas para dar base em partes específicas, são eles: a “questão social” na Amazônia, e a própria forma de exploração do território, e por fim, a **sociabilidade capitalista** no centro dessas conjunturas estabelecidas anteriormente.

Como premissa, temos, então, que a América Latina estava intrinsecamente ligada ao sistema econômico global de maneira desigual e dependente, a qual frequentemente serve aos interesses das nações mais industrializadas, exportando matérias-primas e importando produtos manufaturados, resultando em uma situação de subordinação econômica, muitas vezes retirados da região da Amazônia brasileira, aumentando as desigualdades, através da superexploração do trabalho e a exponenciação das expressões da “questão social” (Loureiro, 1995).

Por fim, ao passo a Amazônia brasileira desempenhou um papel significativo nesse contexto, a região, rica em recursos naturais, frequentemente se tornava alvo de exploração por parte de países centrais e de empresas transnacionais, o que a particulariza, e portanto, se torna elemento fundamental para os estudos da “questão social”, são suas particularidades e formação interna, pois "a ‘questão social’ expressa o caráter



histórico-estrutural do processo de acumulação capitalista, inscrevendo-se na estrutura das relações sociais deste processo" (Netto, 1991, p. 39).

1.1 - QUESTÃO SOCIAL E AMAZÔNIA

Inicialmente, a fim de situar o debate em que nos propomos a fazer, a categoria "Questão Social" desempenha um papel crucial nas discussões dentro das ciências sociais de forma geral, e tem uma trajetória interessante, acompanhando a movimentação de setores progressistas e estudiosos, ao fornecer uma lente analítica para entender as complexas interações, problemáticas e dilemas entre sociedade, economia e política, o seu significado rompeu a linguagem metódica e puramente descritiva de problemas sociais, dentro dos estudos desenvolvidos pelo Serviço Social, serve para compreender de forma mais profunda as relações de poder, gênero, discussões étnicas e as dinâmicas que permeiam as realidades singulares do país, da sociedade capitalista, por isso também a escolha de discutir a amazônia brasileira, e os povos originais, a partir dessa ótica, para dar conta da imensidão que essas problemáticas são situadas.

Ao localizarmos a discussão da "questão social", nas ciências sociais, compreendemos que um conceito dinâmico que se manifesta de diferentes formas, ou seja, suas expressões estão ligadas aos diferentes processos de formação territorial. O termo que se popularizou no final do século XIX, no contexto de diversas transformações sociais pela Revolução Industrial, foi apropriada e hoje se refere aos desdobramentos de aspectos ligados à sociedade burguesa madura, ao ser colocada em paralelo aos estudos na questão regional na Amazônia Brasileira, reflete, de forma ampliada as desigualdades, precariedades, pobreza, exclusão social, mas principalmente os problemas ambientais, e a dualidade das discussões étnicas e raciais da região.

Segundo Netto (2001), a compreensão da "questão social" só ganhou força e reconhecimento, quando as vanguardas trabalhadoras, influenciadas pelas movimentações políticas de 1848, apontaram que as suas manifestações estavam ligadas a um determinado tipo de sociedade, a capitalista, e a supressão de uma estava conectada a outra. Por fim, o movimento revolucionário indica uma "tergiversação conservadora", mostrando os traços mistificadores, como destacado por Netto (2001), por isso o uso das aspas sempre a que ela se refere.

Assim ao aplicarmos um olhar crítico a realidade amazônica, é revelado que a "questão social" é demarcada pelos desafios de um povo diverso que enfrenta a exploração dos recursos, conflitos fundiários sangrentos, além das desigualdades econômicas, a qual, assim como afirma Netto (2001), exige uma abordagem que vá além das aparências, e olhe



os problemas mais profundamente, desvendando as complexidades das relações sociais a partir da figura da totalidade.

Dada a magnitude da região, em virtude da sua vastidão geográfica e diversidade, os estudos sob a temática demandam uma articulação mais ampla do que molda a sociabilidade capitalista, e como seu processo de acumulação gera essa exclusão.

Portanto, partimos da premissa de que a análise da "Questão Social" na Amazônia é inextricável das discussões que permeiam as configurações de disputa no âmbito do trabalho e dos interesses de classe, no seio da sociedade capitalista, e com essa desconstrução dos aspectos mais aparentes conseguimos criar um instrumento criativo que desvende as dinâmicas subjacentes para a compreensão das complexas interações no processo de exploração da amazônia.

2 - DESENVOLVIMENTO

Não há indicador mais certo na história dos povos originários, no que tange a violência da invasão do capitalismo, através dos “caras pálidas”, do que todo processo de formação do país enquanto nação, como as consequências desastrosas da aniquilação quase completa de povos indígenas durante os ciclos econômicos exploratórios, um pouco antes disso, ainda no início dos séculos XX, (Ferreira, 1982), o povo o qual leva destaque no título trata se dos Karipunas, em 2004 haviam somente quatorze sobreviventes, em 2014, segundo o SESAI/2014, cinquenta e cinco, vivendo em terras indígenas, ainda sob constante invasão, os Karipunas são da mesma família linguística do tupi-guarani.

Autodenominados como *ahé* (“gente verdadeira”), ficaram conhecidos entre os latifundiários e exploradores, como “bocas pretas”, devido a uma tatuagem feita de jenipapo, constantemente refeita ao redor da boca. Expulsos de suas terras pela construção da ferrovia Madeira-Mamoré, no estado de Rondônia, o qual levou centenas de mortes de outros indígenas Kawahib, além de doenças e perdas irreparáveis de cultura e conhecimento, hoje vivem em uma terra indígena demarcada em 1997, a qual nunca foi cumprida e respeitada.

Os primeiros contatos que se tem dessa população com pessoas não indígenas, acontecem pela invasão, nas primeiras décadas do século XX, quando o auge da exploração da borracha se consolidou, esse movimento já estimulado pelo movimento de exploração econômica, em busca de recursos naturais, marca a Amazônia no cenário internacional, como uma grande fonte de matéria prima e mão de obra barata, o que vai ocorrendo pelo estímulo e patrocínio das elites locais.

A Lei Geral de Acumulação Capitalista de Marx é evidente nesse cenário. A busca incessante por lucro e expansão resulta em uma exploração intensificada do trabalho e dos recursos naturais. Na Amazônia, isso se transpassa pela superexploração do trabalho, onde



trabalhadores locais enfrentam condições precárias para maximizar os lucros das empresas, muitas vezes em conjunto com as elites políticas locais. As quais surgem na perspectiva de Fernandes (2009), fortemente marcada por um processo histórico de dominação e exploração, e tem suas raízes na época colonial. Além disso, o resultado é uma estrutura social profundamente hierarquizada, onde elites detêm o poder e o acesso aos recursos, enquanto as camadas mais excluídas enfrentam condições precárias de vida e trabalho.

Essa base para pensar os processos que dão sustento para compreender como isso ocorre no Brasil detém o elemento, a qual foi iniciado esse tópico, que é a questão do trato das etnias e raça, na configuração social do capitalismo dependente brasileiro e, portanto, da “questão social”, sobre isso:

[...] Se a questão social é produzida compulsoriamente pelo capitalismo (NETTO, 2001), qual a nossa dificuldade em compreender que a questão racial e seu mais grave subproduto, o racismo, fazem parte das relações que impulsionam e dinamizam a sociedade burguesa? Ora o modo de produção capitalista beneficiou-se enormemente do escravismo e amparou as bases da opressão racial, possibilitando. (Gonçalves, 2018, p. 520).

No caso da Amazônia seria impensável fazer essa discussão sem considerar a consequência direta do capitalismo sob os povos originários e a superexploração do trabalho nessa região, assim, existe dois parâmetros estabelecidos, **primeiro** o elemento da formação social brasileira e a forma com que ela se estabelece, e **segundo** como esses arranjos vão se encontrando e dialogando com os conflitos internos, e particularizam a Amazônia através das suas singularidades.

Sobre o **primeiro elemento** percebemos que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil deve ser analisado em um contexto de formações sociais específicas e interações entre estruturas econômicas e sociais, o qual se decorre sob a influência de fatores históricos e sociais distintos, como a herança colonial, a escravidão, a dependência econômica e as desigualdades estruturais. Observando que a modernização capitalista no Brasil, que acontece aos solavancos em busca de se adequar ao capitalismo internacional, se deu de maneira desigual e combinada, com a coexistência de formas de produção pré-capitalistas e capitalistas, o que resultou em relações sociais complexas e contraditórias. (Iamamoto, M. V. Carvalho, R. 2013).

No que tange ao complexo entrelaçamento das estruturas sociais, econômicas e culturais percebemos que, no que tange as bases da sociedade brasileira desde seus primórdios são estruturas de poder fortemente ancoradas no racismo estrutural, e por isso “a opressão racial foi intrínseca à formação da sociedade brasileira” (Lara; Barcelos, 2018, p. 22), permeando todos os aspectos da vida social e econômica. Esse horizonte contraditório, é o mesmo que forjou as interações entre classe e raça, e vão impactando diretamente no



acesso às políticas públicas, ao mercado de trabalho e na mobilidade social, pois "o racismo [...] operou como um regulador da exploração e da distribuição desigual de riquezas, criando um fundo de desigualdade entre classes" (Lara; Barcelos, 2018, p. 61).

Ainda, segundo Netto, a articulação entre os modos de produção pré-capitalistas e o capitalismo no Brasil, resultante de uma formação social complexa, é afirmada através da "a presença do arcaico e do moderno nas relações sociais brasileiras é evidente, estabelecendo-se no conjunto um equilíbrio móvel" (Netto, 2001, p. 112), o que se traduz em coexistência de estruturas tradicionais e capitalistas, influenciando as dinâmicas sociais e econômicas.

O Brasil não é um caso isolado, integra uma dinâmica do capitalismo global, "o Brasil, longe de ser um caso peculiar, é um caso paradigmático. [...] Ele se ajusta e atua segundo uma lógica que é própria do movimento da acumulação capitalista" (Netto, 2001, p. 127). Isso porque, como podemos analisar, a era imperialista é um problema diretamente ligado à expansão do capital de forma ampliada, notadamente essas modificações que se estabelecem em um cenário mundial exercem particularidades de acordo com a lógica contraditória presente em "países do capitalismo periférico", é a partir da visão dessas particularidades que Trotsky tece sua análise, observando o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, ele chega à conclusão que "a formação social russa era tomada como um subconjunto periférico do capitalismo mundial" (Lowy, 1995, p. 74).

Ao tecer suas análises, Trotsky observa que:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processo* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas. (Trotsky, 1977, p. 25).

O que no Brasil isso se traduz através de que "a 'questão social' expressa o caráter histórico-estrutural do processo de acumulação capitalista, inscrevendo-se na estrutura das relações sociais deste processo" (Netto, 1991, p. 39). Onde "as nossas especificidades estão calcadas em parte na influência da escravidão que, por sua vez, reproduziu-se, sob múltiplas formas, no modo de produção capitalista" (Netto, 1991, p. 54). E ainda, adequar seu modo de produção, e suas articulações internas aos ditames das necessidades externas, através de mais exploração.

No que tange o **segundo elemento**, nada mais é que consequência ou extensão do primeiro, e como particularizam a Amazônia através das suas singularidades.



Na tentativa de exemplificar isso temos que, no período em que ocorreu a ditadura militar no Brasil (1964-1985), também oriunda de um processo amplo que estava ocorrendo em outras regiões da América Latina, a Amazônia sofreu uma intensificação na exploração de seus recursos naturais e uma aceleração de crescimento, através das políticas de desenvolvimento, por vezes em detrimento das comunidades locais e do meio ambiente, essa exploração desmedida, na tentativa de industrializar/modernizar a região aos solavancos sob o pretexto do desenvolvimento econômico, teve impactos profundos e duradouros na região, os quais se observam até hoje, “em plano externo, é necessário garantir a integração no capitalismo mundial e facilitar a movimentação dos fatores da produção” (Ianni, 1968, p. 198) . Nesta conjuntura, diversas ações foram realizadas na região em questão, fazendo parte de um processo anterior e mais amplo do próprio país e da América Latina.

Ao analisar esse processo chegamos em alguns eventos importantes, a construção da Rodovia Transamazônica, por exemplo, simboliza a visão de progresso da ditadura, mas gerou desmatamento, degradação ambiental e apropriação de terras de povos indígenas e comunidades tradicionais. Como aponta Rubens Valente (2017) em "Os Fuzis e as Flechas", essa rodovia foi acompanhada de uma "invasão de colonos, grileiros, madeireiros e pecuaristas", gerando conflitos e deslocamentos forçados.

A exploração mineral também foi intensificada, como destaca Fontes (2017), mencionando que a ditadura promoveu o incentivo à mineração na região, muitas vezes sem levar em consideração os impactos ambientais e sociais de longo prazo. Isso significa que a exploração da Amazônia na ditadura militar evidencia um processo de interesses econômicos e desenvolvimentistas, os quais muitas vezes se sobrepuseram aos direitos das populações locais e à conservação ambiental.

Nesse jogo, enquanto a região amazônica não recebe a devida atenção do Estado, observa-se uma rápida ocupação por parte de empresas multinacionais, muitas vezes promovidas e incentivadas em arranjos fiscais dos próprios governos locais. Esse processo tem conduzido à concentração de terras, riqueza e poder.

Essa aproximação tem sido analisada em meio ao cenário das distribuições de terras devolutas, a qual beneficia sobremaneira os detentores do grande capital através de seus projetos de grande porte, que funcionam, são pensados e aplicados, sem a implementação de políticas de mitigação de danos, ou o impacto causado pelo mesmo, entre as consequências estão o atual cenário de risco, tanto das comunidades que habitam a floresta, e sobrevivem dessa relação, quanto os recursos naturais disponíveis.

Assim, conforme analisado por Marini (1990), podemos dizer que essa conjuntura é formada em cima dessas modificações e das aplicações desses projetos, pois é nesse cenário que há uma mudança na forma produtiva da região, ou seja, não apenas ocorre a



limitação do mercado doméstico – interno, mas também a classe trabalhadora é excluída do consumo de bens chamados não essenciais, originando duas contradições de grande relevância: primeiramente, a formação de uma extensa superpopulação relativa e por último, tendo em vista que a aquisição de bens supérfluos está restrita às classes intermediárias e proprietárias, a expansão do capital precisa se voltar não somente para a exportação de produtos essenciais, mas também para produtos de luxo.

Do outro lado desse processo, os grupos mais vulneráveis experimentam um dinamismo de ocupação quase espontâneo, enxergando a floresta como um paraíso perdido, quase poético, um eldorado repleto de simbolismos e sonhos promovidos pelos discursos de progresso, modernidade e riqueza, muitas vezes forjados pelas relações entre o governo local/nacional e o setor privado nacional/internacional, o que se contrapõe profundamente com a exploração, a violência e as doenças que afetam a região, e são os panoramas encontrados lá.

Assim, podemos identificar duas facetas distintas da Amazônia, existindo paralelamente, caracterizadas por diferentes projetos de ocupação e desequilíbrio de poder. Como afirmado por Picole (2006, p. 12): "É um espaço complexo onde coexistem o doce, o amargo e o sangrento, envolvendo os *marginalizados*, os despossuídos, os grupos econômicos, os jagunços e os pistoleiros, delineando dois mundos distintos [...]".

Nesse contexto de completo isolamento geográfico, distante e afastado dos grandes centros, o protagonismo dos episódios de violência, que são recorrentes e passam a ser a norma vigente, nem seria necessário lembrar os últimos episódios de assassinatos e violência contra populações de comunidades originárias, ativistas e pesquisadores. Na ocasião que há uma explícita colaboração entre a elite local, empresariado, poderes políticos e empresas transnacionais, amparada pelo sistema jurídico e pelo poder econômico, Ferraz (1998) destaca que o caboclo, nessas ocasiões, não possui os recursos materiais e dinâmicos para resistir a essa dinâmica.

Dessa forma, essa expressão violenta não é uma manifestação isolada, mas caminha em um reflexo direto da estrutura do modo de produção capitalista, que a luta pela vida se concentra no mesmo seio de sobrevivência em meio às desigualdades e exploração em várias esferas da vida social, e nessa esteira que percebemos que a "questão social" também é luta e resistência.

Foi somente, segundo Netto (2001), quando as vanguardas trabalhadoras, atingidas pelo processo de consciência política oriunda das resultantes de 1848, percebem que a "questão social", estava diretamente ligada a um tipo de sociedade e "somente a supressão desta conduz à supressão daquela" (Netto, 2001, p. 45), assim o pensamento de cunho revolucionário se apropria da expressão a partir de uma "tergiversação



conservadora”, preservando o traço mistificador, por isso a utilização das aspas sempre que a ela se refere. (Netto, 2001).

Assim, partimos do entendimento que a análise da “Questão Social” é indissociável das discussões que se circulam sobre as configurações de disputa em relação ao trabalho e os interesses de classe, assim como os projetos societários oriundos desses acirramentos, por vezes, consequência da forma de conduzir as políticas econômicas e sociais, (Iamamoto, 2001), compreendendo também que:

A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem nada a ver com os desdobramentos de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade, tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital. (Netto, 2001).

Esse indicativo fez perceber algumas questões, a primeira que, estudar a “questão social” com base nas reflexões de Marx (2008), absorvemos uma base sólida para analisar as estruturas sociais e econômicas que geram desigualdade e exploração, a segunda é que, ainda ao analisar esses escritos percebemos um deslocamento quanto ao entendimento do que é “questão social”, em consonância da relação entre a produção material, as relações sociais e a formação da consciência social.

Primeiramente, Marx (2008), introduz o conceito de materialismo histórico, enfatizando que as condições materiais de produção são fundamentais para entender as relações sociais e a evolução da sociedade, essa relação é fundamental no entendimento dos estudos sobre a “questão social”, principalmente no que tange analisar como as estruturas econômicas influenciam a organização social e a distribuição de recursos, esse processo nos implica a investigação das relações de produção e das diferentes classes sociais, como os proprietários dos meios de produção (burguesia), os trabalhadores assalariados (proletariado), e os proprietários de terra moldam e acessam os recursos e o poder dentro da sociedade?

Tendo em vista que a consciência das pessoas é moldada pelas condições materiais em que vivem, é válido estudar como as condições econômicas afetam a percepção das pessoas sobre sua própria posição na sociedade, bem como seu entendimento das relações de classe e exploração: "o cenário de desigualdade extrema entre os capitalistas e os trabalhadores submetidos a condições de vida indignas e remuneração aviltante é parte integrante do fenômeno global da 'questão social'" (Netto, 2001, p. 35).

Ao analisar as estruturas socioeconômicas, e como elas geram desigualdade de exploração, entendemos, agora, que a “questão social” está enraizada na desigualdade e exclusão estruturais. Assim:



“Questão social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...] Questão social que, sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem e se opõem [...] Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de invenção e de reinvenção da vida construídas no cotidiano”. (Iamamoto, 2001, p. 27-28).

Netto (2001), também enfatiza a importância de analisar as estruturas socioeconômicas que geram desigualdades e exploração. Na Amazônia, a expansão agropecuária, a exploração madeireira e a mineração muitas vezes ocorrem em detrimento das populações locais e do meio ambiente, ampliando a desigualdade e a exclusão social, como vimos anteriormente, a região é frequentemente alvo de investimentos voltados para a extração desses recursos naturais, visando ao lucro e à acumulação de capital por parte das elites econômicas.

Netto aponta que "as intervenções das grandes empresas, em especial nos setores ligados à exploração da natureza, repercutem como exploração da natureza e dos trabalhadores" (Netto, 2001, p. 34). Esse cenário se apresenta em meio a disparidade de acesso a recursos, serviços e oportunidades entre os habitantes locais e aqueles com interesses econômicos, o que predominantemente gera uma divisão clara entre os que têm poder e os que estão *marginalizados*, o que para Chaves et al. (2021, p. 233):

Na Amazônia, os rebatimentos dessa crise e os determinantes da lógica que ordena o sistema capitalista, bem como os limites impostos para o acesso às políticas públicas, alcançam e afetam de modo imperativo os povos originários (etnias indígenas), cujas formas de organização sociocultural e tradicionais guardam formas singulares de produção e gestão do manejo dos recursos naturais locais. O conjunto das mudanças no campo societário, além de incidirem diretamente nas relações sociais, comprometem, sobretudo, as condições laborais de acesso ao emprego pelos trabalhadores, afetando o campo dos direitos trabalhistas e sociais. Estas, no caso dos Assistentes Sociais, solapam tanto as condições de empregabilidade e de trabalho, quanto urdem pressões sócio institucionais e políticas que ameaçam o projeto ético político do Serviço Social.

Dentro deste panorama o que ocorre é aquilo que diz Marx (2008), a interação da base econômica, ou seja, a estrutura e a superestrutura de uma sociedade, essa relação oferece uma das lentes possíveis para analisar como essa relação material afeta as instituições sociais, as normas culturais e a política relacionada à “questão social”.

Outro elemento que aparece de forma mais contundente nessa discussão é a luta de classes, ainda na introdução de Marx (2008), há um esboço sobre a categoria, os conflitos entre diferentes grupos sociais surgem das contradições inerentes às relações de produção, e essa discussão é considerada uma força motriz subjacente às desigualdades econômicas, políticas e culturais, isso por que são nesses rebatimentos que se manifesta o ponto alto das divergências de interesses entre os grupos que detêm o poder econômico e



aqueles que dependem do trabalho para sobreviver, e é nesse bojo que essas divergências resultam em exploração, exclusão e falta de acesso a recursos básicos por parte das classes trabalhadoras. Marx (1996, p. 255), esclarece que:

“à luta de classe no mundo antigo apresenta-se principalmente sob a forma de uma luta entre credor e devedor e termina em Roma com a decadência do devedor plebeu, que é substituído pelo escravo. Na Idade Média essa luta termina com a decadência do devedor feudal, que perde seu poder político com sua base econômica. Contudo, a forma dinheiro — a relação entre credor e devedor possui a forma de uma relação monetária — somente reflete o antagonismo de condições de existências econômicas mais profundas.”

Mais ainda, a luta de classes não é apenas um conceito teórico, essa discussão parte de uma realidade concreta presente nas relações sociais, e se manifesta em greves, protestos, movimentos sociais e políticos, nos quais os trabalhadores e os grupos excluídos buscam reivindicar seus direitos, exigir melhores condições de trabalho, salários justos e acesso a serviços essenciais, ou seja, não é uma coisa estática, mas sim dinâmica, evoluindo de acordo com as mudanças na estrutura econômica e política.

Por fim, se no período colonial, a ideia de que os indígenas, desapareceram ou perderam sua cultura e identidade, a historiografia recente se detém a mostrar que havia um elemento de resistência através das lutas sociais, que nos dias atuais não é mais embrionária, os assim chamados “povos da floresta”, resistem em meio toda sua diversidade contra máquina ferrenha da exploração, o que foi iniciado em 1683, pela confederação dos Cariris, um dos primeiros movimentos de resistência à dominação portuguesa envolvendo nativos de territórios do Ceará, Pernambuco e Paraíba, hoje se traduz na luta pela demarcação por terras, nos acampamentos de terra livre, na marcha de mulheres indígenas, entre muitos outros movimentos que tentam frear um dos principais elementos que particulariza a violência na Amazônia: a barbárie.

3 - RESULTADOS E CONCLUSÕES

No Brasil, a região amazônica engloba municípios diversos em termos de população, oscilando até 100 mil habitantes, e contam com duas grandes metrópoles cujo contingente populacional ultrapassa a marca de um milhão de habitantes: Manaus, a capital do estado do Amazonas, e Belém, a capital do Pará.

É notório que a concentração demográfica se destaca particularmente na região paraense, fazendo parte da região oriental e costeira da Amazônia brasileira. Nesse contexto, observamos que a densidade populacional na Amazônia do Brasil atinge 3,6 indivíduos por quilômetro quadrado, por isso a característica de uma floresta urbanizada, ou



o termo “cidades da floresta”, onde cerca de 60% da população reside em localidades urbanas.

Enquanto as zonas rurais são predominantemente ocupadas de maneira disseminada, abarcando grupos *marginalizados* como migrantes do Nordeste, comunidades indígenas, ribeirinhas e quilombolas (IBGE, 2010), esses grupos são os consequentes direitos dos processos de exploração da região.

É nesse esteio de uma população diversa marcada pelos ditames da exploração que as expressões da “questão social” aparecem, ao longo dos anos assistimos essa agudização se intensificar sob a justificativa da modernização e do progresso, o avançar dessas ondas e fluxos de tentativa de modificar a estrutura da região, sem contar com os anseios e o respeito às populações locais, faz a amazônia se tornar um espaço marcada por adversidades, os interiores isolados submetidos ao jugo de “terra de ninguém”.

Presenciamos nessa mesma esteira o empobrecimento dos povos originários, que antes viviam de forma subsistente e em plena relação com a natureza, a matança escancarada pela abertura de estradas, o deslocamento dos rios e de sua população, o tráfico e a exploração sexual intensificadas, a barbárie se transfigura com os elementos naturais do cotidiano dessa população, e na outra mão a concentração de capital se funde ao crescimento do empresariado local e internacional, Mészáros (2021), já nos alertava sobre a incompatibilidade metabólica desse sistema tão perverso, em que os anseios da exploração para acumular ao mesmo tempo que cresce, acaba com uma grande parte da população e da natureza, e se não a aniquila completamente, cria barreiras para a sua sobrevivência.

De forma clara, ao analisarmos a Amazônia, evocamos as práticas geopolíticas que atravessam a configuração territorial do país, os elementos mais amplos de organização do capitalismo dependente e a evolução da sociabilidade capitalismo, na dual exploração e dominação.

Por fim, percebemos que o chão histórico calcado nessa discussão se afasta de uma forma meramente acadêmica e traz para si reflexões mais profundas sobre a veracidade da acumulação capitalista e a raiz desses processos tão desiguais.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Temporalis. **Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social** - ABEPSS, Ano 2, no. 3, (jan./jun. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

CHAVES, M. P. S. et al. **Políticas públicas & sustentabilidade na Amazônia**: pauta de desafios e potencialidades para o Serviço Social. In: ANDRADE, R. F. C.; CAVALCANTE, L. L.; CUNHA, M. G. N.; FERNANDEZ, C. B. *Serviço Social, Políticas Públicas e Sustentabilidade*. Alexa Cultural: São Paulo, Edua: Manaus, 2021.



FERRAZ, Siney. **O Movimento Camponês no Bico do Papagaio**: Sete Barracas em busca de um elo. Imperatriz: Ética Editora, 1998.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. **A Ferrovia do Diabo**, São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1982.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. São Paulo: Editora Global, 2009. Capítulo 2.

GONÇALVES R. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. Rev katálysis. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n3p514>. Acesso em: 29 de agosto de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE).

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 38. ed. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 2013.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LARA, R., & Barcelos, J. G. (2018). **Classe e racismo na formação social brasileira**. Editora Expressão Popular.

LENIN, Vladimir. **Imperialismo**. Etapa Superior do Capitalismo. Disponível em <http://www.portaler.ubab/index.php/terminal/article/view/9412/6850>. 2011.

LOWY, Michael. **A Teoria do Desenvolvimento Desigual e Combinado**. 1995.

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica**: uma poética do imaginário. Belém: Cejup, 1995.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética do desenvolvimento capitalista no Brasil**. In: SADER, Emir (org.). **Dialética da Dependência**: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, Buenos Aires: CLACSO, 1990.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Volume 1, livro primeiro O processo de produção do capital, tomo 1 (prefácios e capítulos i a xii). Apresentação de Jacob Gorender. Coordenação e revisão de Paul Singer. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. Prefácio. In: **Contribuição à Crítica da Economia Política**. 2a edição. São Paulo: Expressão Popular, 2008. pp.45-50.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Leviatã**: crítica do Estado. Organização: John Bellamy Foster. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2021.

Netto, J. P. (2001). **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular.



Netto, J. P. (1991). **Ditadura e Serviço Social**: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. Cortez Editora.

PEREIRA, José Carlos Matos. **Urbanização na Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional**. In: CARDOSO, A. C. D. (Org.) O rural e o urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectivas. Belém: EDUFPA, 2006. (pp. 23-52).

PICOLE, Fiorelo. **O Capital e a devastação da Amazônia**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

TROTSKY, Leon. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro Paz e Terra, 1977 (capítulo 1).

VALENTE, Rubens. **Os fuzis e as flechas**: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.